



## **CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE GOIÁS-CORE-GO.**

**Parecer Jurídico**  
**Processo Administrativo**  
**PAC Nº 32**  
**Interessado: COREGO**

Ementa: Direito administrativo. Licitação. Contratação direta em razão do valor. Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Recomendações necessárias.

### **I – RELATÓRIO**

O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Goiás (COREGO), pretende promover a contratação de empresa especializada em telecomunicações, outorgada pela ANATEL, para o fornecimento de plano corporativo de telefonia móvel pessoal (SMP) para o tráfego de voz e dados e gestão online, com fornecimento de linhas com SIM cards para telefonia móvel, incluindo portabilidade para números já existentes e fornecimento de novas linhas, com franquia individual de voz e dados, chamadas ilimitadas e conectividade com tecnologia 5G (ou superior).

O processo foi encaminhando a esta procuradoria juntamente com termo de homologação.

A contratação se dará conforme as especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14133/2021. A Agente de Contratação do COREGO solicitou desta Procuradoria Jurídica opinião a respeito da viabilidade de tal contratação.

É o relatório.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

No mérito, anotamos que a Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI e a Lei de Licitações e Contratos traz como regra a obrigação de realizar o procedimento licitatório antes da contratação de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta, bem como pelas demais entidades controladas direta e indiretamente

pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme expressamente se observa do art. 1º, parágrafo único da lei supramencionada.

Ocorre que a própria Constituição da República admite que esta regra não deva ser seguida de forma absoluta, dispondo a Lei nº 14.133/2021 sobre os casos excepcionais em que a Administração poderá contratar sem a necessidade do rigorismo licitatório. A estes casos, ela se refere quando permite em seus artigos 72, 73, 74 e 75 que a licitação seja dispensada, dispensável e inexigível.

Na inexigibilidade de licitação, a competição é inviável e a Lei de Licitações previu um rol exemplificativo em seus art. 74. Já a dispensa verifica-se quando, apesar de possível a competição por meio de licitação, esta é dispensável nas hipóteses taxativamente previstas no art. 75, ambos dispositivos do citado diploma legal.

Nesse contexto, citamos o entendimento doutrinário, pontuando características da dispensa, em outras palavras, à diferença de inexigibilidade e dispensa no processo licitatório, essa distinção se encontra no núcleo jurídico de cada procedimento, na inexigibilidade é a derivação do objeto em se, já a dispensa é produto da vontade do legislador:

*"CF. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo, 30.ed., p. 433; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo, 31. ed., p.199. Ou, nas palavras de Marçal Justen Filho, **"a inexigibilidade deriva da natureza das coisas, enquanto a dispensa é produto da vontade legislativa"** (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo, 8.ed., p.491). (Grifo nosso)*

Destarte, em relação à dispensa pelo valor da contratação, a nova norma trouxe mudanças importantes no processo de contratação através de dispensa, visando, um processo célere, transparente e embasado nas normas legais, nessa conjectura, assinalamos o recente entendimento doutrinário sobre o tema:

*"A Lei 14.133/21 dispensa a realização de licitações para contratações por valores inferiores a cem mil reais para obras e serviços de engenharia e para serviços de manutenção de veículos automotores (art.75, I) e a cinquenta mil reais para contratação de outros serviços e para compras (art.75, II). Porém, esses valores são duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcios público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei (art.75, § 2), que, portanto, ficam dispensadas da realização de licitações para contratações por valores inferiores a duzentos mil reais para obras e serviços de engenharia e para serviços de manutenção de veículos automotores (art.75, I c/c §2º) e a cem mil reais para contratação de outros serviços e para compras (art.75, II c/c §2).*

*A aferição dos valores que atendam a esses limites compreende (art.75, § 1º) o somatório do que for despendido no exercício financeiro para respectiva unidade gestora (art.75, § 1º, I) e o somatório da despesa realizada com objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade (art.75, § 1º, II). Portanto, os valores previstos em lei não se referem a cada contratação realizada, mas à integralidade das contratações feitas pela mesma unidade gestora no período de um ano e relacionada ao mesmo objeto. Essa regra não se aplica, todavia, para contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão/entidade contratante (incluído o fornecimento de peças) no valor até oito mil reais (art.75, §7). Destarte, quanto a eles, a Administração pode pagar mais do que os cinquenta mil reais (ou, conforme o caso, cem mil reais) previstos como teto pelo legislador.*

*Outro ponto de destaque é que as contratações diretas por dispensa de licitação relacionadas a valores serão preferencialmente precedidas pela divulgação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis, de aviso com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter proposta adicionais de eventuais interessados, que apenas pode ser afastada por decisão motivada (art.75, §3º). Esse cuidado deve ser observado para que a Administração tenha a oportunidade de realizar a contratação mais vantajosa. Por isso, havendo aviso de publicação, a Administração deverá selecionar a proposta mais vantajosa (art.75, §3º, parte final).*

*Essas contratações também serão pagas preferencialmente por meio de cartão de pagamento, para que possam ser objeto de controle pela própria Administração (controle interno), pelos órgãos externos e fiscalização e controle (Ministério Público, Tribunais de Contas, etc.) e pela própria sociedade (inclusive tendo em vista os limites especificados §1º do art.75), mediante divulgação do extrato do referido cartão no Portal Nacional de Contratações Públicas (art.75, §4º). Também o afastamento dessa exigência pressupõe decisão motivada da Administração. (Licitações, Contratos e Controle Administrativo: Descrição sistemática da Lei 14.133/2021 na perspectiva do Modelo Brasileiro de Processo, Claudio Madureira – Belo Horizonte: Fórum, 2021.)”*

De fato, a licitação dispensável, sendo exceção à regra de que a Administração tem o dever de licitar, deve ser interpretada de forma restritiva. Esse é o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo). 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 373 e 374, que divide as hipóteses de Dispensa de Licitação em quatro categorias saber:

- a) **Em razão do pequeno valor;**
- b) *Em razão de situações excepcionais;*
- c) *Em razão do objeto;*
- d) *Em razão da pessoa.*

Deste modo, podemos presumir que a contratação do objeto deste processo pretende ser formalizada por meio de dispensa de licitação, haja vista que o menor valor apurado para contratação foi de R\$ 9.120,00 (nove mil cento e vinte reais), o qual se enquadra perfeitamente no limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, in verbis

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

**I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;**

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.** Grifo Nosso

Com fundamento nas razões apresentadas, observa-se que a contratação pretendida está em conformidade com os ditames legais previstos na Lei nº 14.133/2021, notadamente quanto à possibilidade de dispensa de licitação por valor, conforme previsto no art. 75, inciso II, do referido diploma legal. A instrução processual demonstra que foram adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a legalidade, a economicidade e a transparência do procedimento, incluindo:

- A devida cotação de preços com fornecedores do ramo;
- A justificativa da contratação com base no pequeno valor;
- A publicação no PNCP;
- A observância dos limites legais cumulativos por exercício e objeto;
- E a inexistência de fracionamento indevido de despesas.

Portanto, sob o ponto de vista jurídico, encontram-se presentes os requisitos para o prosseguimento da contratação direta, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, publicidade e interesse público.

### **III – CONCLUSÃO**

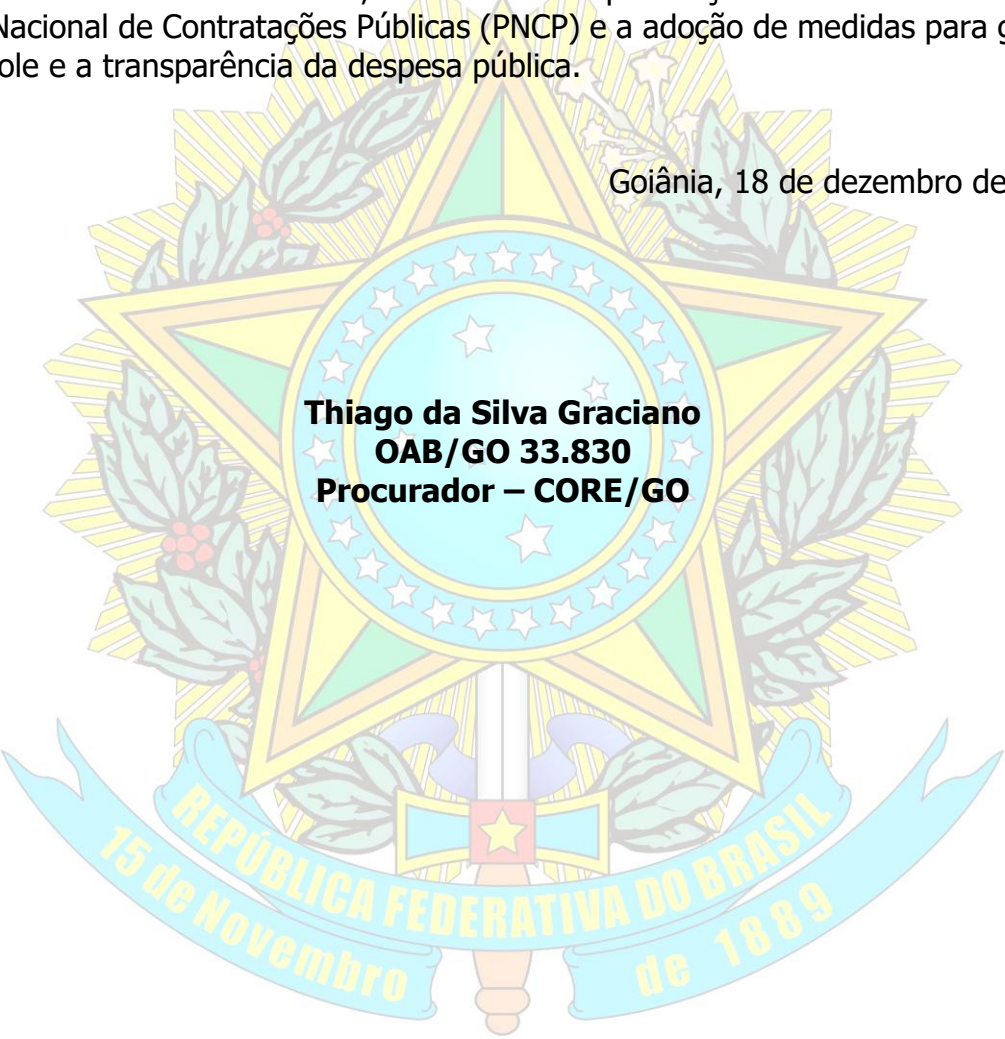
Diante do exposto, e com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **conclui-se pela viabilidade jurídica da contratação direta por dispensa de licitação**, em razão do valor da aquisição ser inferior ao limite legal estabelecido, estando o procedimento devidamente instruído com os elementos que

demonstram a observância dos princípios da legalidade, economicidade, publicidade e eficiência.

Ressalta-se que foram cumpridas as exigências normativas pertinentes, como a cotação prévia de preços, a motivação formal da contratação, a análise do enquadramento legal e a ausência de fracionamento indevido da despesa, o que confere segurança jurídica ao ato administrativo.

Assim, não havendo óbices legais, **opina-se pela legalidade do processo de contratação direta**, recomendando-se, por fim, a estrita observância das formalidades remanescentes, notadamente a publicação do extrato contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a adoção de medidas para garantir o controle e a transparência da despesa pública.

Goiânia, 18 de dezembro de 2025.



Thiago da Silva Graciano  
OAB/GO 33.830  
Procurador – CORE/GO